

Alternativas para a frente

BENEDICTO FERRI DE BARROS

Chamamos de político e não de econômico o plano de estabilização econômica lançado em 27 de fevereiro, por duas razões. A primeira é que desindexar moeda e congelar preços não é atuar sobre a estrutura e os processos da atividade econômica, mas sobre suas pre-condições (moeda) e resultantes (preços). A segunda é que o governo teve a habilidade "política" de não mexer na estrutura estatizada da qual vivem as classes políticas.

Economia é produção, distribuição, consumo, investimento. O resto é parafernália. Enquanto permanecermos com uma estrutura da qual cerca de 70% são feudos políticos (as chamadas estatais), não há como esperar seja a redução dos efeitos de deseconomia do sistema, seja o aumento de sua eficácia. Embora a patá seja o animal que mais se parece com um pato, ainda que chame de "empresas" às estatais, este é seu único ponto comum — o resto é mera coincidência.

Assim, embora o choque da desindexação e do congelamento possa a curto prazo produzir índices de queda da inflação, a médio e a longo prazo a estrutura antieconômica do País continuará a absorver mais do que produz, gerando o desequilíbrio inexorável que se traduz pela inflação. Pois, teorias à parte (e todos os economismos se equivalem), nenhum país aguenta que 70% da sua economia produza deseconomias sem gerar alta de preços. Isto transcende a economia. É mera lei da matemática; ou da física. E é uma lei das economias estatizadas.

Que os políticos hajam aprovado — ou aderido — à reforma Sarney não se deve apenas ao fato dos divendos eleitorais que ela escrivou, mas também à prudência constatada contabilmente pelos políticos de que ela não afetou os feudos que constituem seu habitat. A economia dos políticos permaneceu intangida. As novas classes, a nomenclatura e a clientela tecnoburocrática que vivem nesses nichos não foram afetadas. Quando foi feito o programa de redução do déficit público e de equilíbrio do fluxo de caixa do Tesouro, as estatais, que representam 70% da economia, não contribuíam senão com 10% para o ajuste das contas. Os 90% restantes recaíram sobre o chamado setor privado — empresas e consumidores —, o qual representa 30% da atividade econômica. Os feudos não foram atingidos. Nem em pessoal, nem em custeio. A clientela política permaneceu incólume à austeridade.

E daí? Como eliminar a geração espontânea e incoercível da inflação se não se a estrutura que a gera permanece?

Não cabe na cabeça de políticos que se possa sacrificar sua máquina, sua clientela, sua fonte de recursos e votos num ano eleitoral. Mexer na estrutura estatizada este ano seria, sob essa ótica, praticar suicídio político. Antes da reforma ficava cada dia mais claro que todos os políticos pretendiam ao mesmo tempo participar do poder para utilizar os recursos de sua máquina, e, eleitoralmente, se declarar na oposição — uma impossibilidade lógica e ética verdadeira somente para quem não seja político brasileiro. Era o que todos estavam fazendo, mesmo em cargos de ministério. O que se esvaíava era apenas "o governo". Que governo? A reforma econômica foi simultaneamente uma manobra e um pacto implícito mediante o qual o governo reconquistou apoio das bases (eleitoral) sem atingir os interesses da cúpula (leia-se: dos políticos).

Há outra razão que torna "impensável" uma reforma imediata, básica e radical da estrutura antieconômica do País. Estrutura é estrutura. Não se mexe em 70% de uma economia sem o risco de desestruturá-la por inteiro. Isto seria uma demolição, e não uma reforma.

Então, no que ficamos? Como compatibilizar a médio e longo prazo um crescimento sem inflação com a co-existência de uma estrutura (antieconômica) que a gera automaticamente? A resposta está dada nos termos da questão. Se a alternativa à economia estatizada é a economia empresarial privada, livre dos políticos e sujeita à disciplina do mercado, e se é inviável desestruturar a economia estatal, que é a estrutura existente, o que se tem que fazer é frear (congelar) essa estrutura e estimular por todas as formas possíveis o crescimento do setor empresarial privado, a fim de que, um dia, o que hoje é 70% passe a ser 30% — e vice-versa.

Há inúmeras maneiras de fazê-lo. Mas a política é uma só. Ela consiste em remover da linha de ação do setor privado o entulho autoritário com que os tecnoburocratas sitiaram a iniciativa econômica nos últimos decênios. Esse entulho é infinitamente maior no campo econômico do que no campo político, embora seja menos visível. Está constituído pelas barreiras, truques e furtivas da regulamentação — algemas, cadeias e cangas de papelada dos infinitos órgãos e repartições que submetem toda a ação econômica privada do País.

Ao fazer a reforma monetária que permitiu o milagre econômico alemão de após-guerra, uma das duas medidas fundamentais de Ehrard foi eliminar com uma só penada as amarras da regulamentação existente, desentulhando o caminho das iniciativas empresariais.

É claro que a desregulamentação por si só seria insuficiente para liberar as energias econômicas frenadas pelas cadeias da polit-burocracia. Contudo, é difícil pensar em outra medida de natureza meramente política capaz de render tantos dividendos econômicos. A verdade é que a reforma Sarney criou outros e novos constrangimentos ao entulho político que frena a atividade empresarial brasileira. Não seria demais que eliminasse os antigos, cujo rendimento econômico é nulo. Mais do que isso, negativo. Uma política de desregulamentação — como a que vem sendo praticada em outros países que buscam liberar as energias criadoras da iniciativa privada da paralisação enervante da burocracia — poderia representar para a economia empresarial brasileira uma compensação, a custo abaixo de zero para o Estado, do gigantesco entulho burocrático adicionado pela reforma Sarney.

Dever-se-ia, ao mesmo tempo, cuidar de abrir novos projetos, novos campos, novos métodos de ação para a atividade empresarial privada, com vistas a um desenvolvimento econômico voltado para as fronteiras internas do País. Agricultura, colonização, ferrovias e habitação bastariam, por si, para consubstanciar um programa autóctone, capaz de garantir um desenvolvimento de produção, de empresas e de renda que, este sim, combate a raiz essencial da inflação.

Não se precisaria para isso da ajuda do Estado. Bastaria tão simplesmente que ele saísse do caminho e não atrapalhasse. A desestatização poderia ser acelerada fantásticamente com duas únicas medidas: que se submetesse as empresas públicas e seus dirigentes às regras empresariais da solvência e responsabilidade financeira que alcançam todas as empresas privadas e seus dirigentes. E por que não, se de empresas elas se empostam? O resultado imediato dessa lei do mercado seria abandonar os políticos a economia e voltarem correndo às suas funções. Com o que se matariam dois coelhos de uma paulada só, dada a necessidade e escassez de políticos de que o País se ressente, a ponto de começar a recrutá-los entre empresários.

Mas tudo isso — reconhecemos com o leitor — não passa, por enquanto, de sonhos de uma noite de verão...